

**HABEAS CORPUS Nº 549.516 - SP (2019/0361766-3)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : PAULO VINICIUS GRECHI SANTOS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : WESLEY CESAR SABINO BRAGA - SP310086  
PAULO VINÍCIUS GRECHI SANTOS - SP427541  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : VANDERSON PONTES PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de VANDERSON PONTES PEREIRA, contra o indeferimento de idêntica medida na origem.

Sustenta o impetrante que não há fundamentação concreta e idônea na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente.

Aduz, para tanto, que *"Não há uma prova concreta nos autos de que Vanderson integre de fato a OrCrim, mas apenas suposições."* (fl. 11).

Postula, ao final, a superação do enunciado 691 da Súmula do c. STF para que seja revogada a prisão decretada em desfavor do paciente.

É o relatório.

**Decido.**

Os autos não versam sobre hipótese que admite a pretendida valoração antecipada da matéria, pois, pela análise da **questio** trazida à baila na exordial, verifica-se que o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância.

A matéria, inclusive, já se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* (Súmula nº 691/STF).

Na hipótese, o **writ** impetrado na origem teve o pedido liminar

indeferido sob os seguintes fundamentos, **verbis**:

*"[...]*

*Com efeito, é impossível admitir pela via provisória da decisão liminar a pronta solução da questão de fundo.*

*A medida liminar não se presta a antecipar a tutela jurisdicional e é cabível quando há constrangimento ilegal manifesto detectável de imediato através do exame sumário da inicial e das peças que a instruem, o que não ocorre no presente caso.*

*Nas investigações promovidas pelo GAECO, desvendou-se intrincada rede de agentes envolvidos fortemente no tráfico de drogas, além de outros crimes, em especial contra o patrimônio, restando os indícios até aqui coligidos que os representados, dentre eles o ora paciente, atuam, de maneira intensa, com organização e divisão de tarefas e sob a denominação da referida Organização Criminosa na distribuição e venda de drogas, movimentação de pessoas em visitas a estabelecimentos prisionais, recebimento e cobrança de valores para a facção, contabilidade de "pontos de tráfico", armazenamento de drogas ilícitas e armas de fogo, planejamento e execução de crimes contra o patrimônio, inclusão, exclusão e punição de membros da Organização Criminosa.*

*Na espécie, as interceptações telefônicas indicam que VANDERSON PONTES PEREIRA, ora paciente, possui ligação com a organização criminosa autodenominada "Primeiro Comando da Capital" (PCC), mais especificamente no tocante à comercialização de drogas ilícitas. Existem ligações telefônicas, inclusive, dando conta que o referido representado afirma a outros integrantes da facção criminosa que seu prazo está vencendo, em possível alusão a acerto de valores.*

*E, consoante muito bem ponderado pelo Meritíssimo Juiz da causa, "(...) pelo que se denota do que aqui coligido em sede de interceptações telefônicas, bem como o que é de conhecimento através do que se noticia pela imprensa e por outros tantos processos que por aqui tramitam, o comércio de entorpecentes é controlado pela facção. Seus membros prestam contas à organização e auferem lucros e prestígio por a ela pertencer. Há inúmeros casos de indivíduos, inclusive nos presentes autos, que alardeiam pertencerem aos quadros do PCC como mecanismo de intimidação de outros cidadãos de bem, que sabem as conseqüências derivadas de desafios aos 'irmãos', como chamam-se.*

*Assim, independentemente da pesquisa de antecedentes e verificação de eventual primariedade ou reincidência dos aqui representados, temos que a possível participação nas atividades da organização criminosa é fato que, por si, autoriza a decretação da prisão preventiva como mecanismo de garantia da ordem pública. Além disso, temos que a intensa troca de mensagens e conversas telefônicas entre os representados, grande parte delas com menção à venda de drogas e práticas de outros crimes, impõe a segregação preventiva, na mesma linha de raciocínio, bem como para possibilitar a aplicação da Lei Penal.*

(...)

O conteúdo até aqui coligido demonstra a personalidade desvirtuada dos representados, que atuam na criminalidade como se situação normal fosse, conversando e dialogando abertamente sobre a venda de drogas, sobre a imposição de 'penas' a outros membros da facção ou até a cidadãos comuns que, aos olhos da organização agiram de forma errada ou sem sua autorização. Enfim, àqueles que se envolvem com tal modalidade de criminalidade não se pode aplicar medidas cautelares diversas da prisão.

Existem, ainda, robustos indícios de participação e envolvimento em atividades de organização criminosa fortemente atuante no País, consubstanciados nos documentos acostados e trazidos à colação nos autos e também juntados à interceptação telefônica que gerou este expediente. É sabido também, em especial em relação aos acusados custodiados, que o fato de estarem presos preventivamente ou em cumprimento de pena não é obstáculo à permanência nas atividades ilícitas. Em inúmeros casos, inclusive como os retratados nestes autos, mesmo de dentro de estabelecimentos prisionais os reclusos mantêm contatos com membros da organização e com familiares do lado de fora das grades, inclusive planejando, organizando e até mesmo participando diretamente de empreitadas criminosas" (fls. 842/847 dos autos originários).

A prisão cautelar está devidamente fundamentada na gravidade concreta do delito, pois a soltura do paciente colocará em risco a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, mormente se considerarmos a pendência da oitiva judicial da vítima, sendo certo que não se pode assegurar que ele não irá se evadir caso seja colocado em liberdade, tornando imperiosa a sua prisão também para assegurar a futura aplicação da lei penal.

Outrossim, conforme já decidiu o Colendo Superior Tribunal de Justiça, "a existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela" (RHC 43239/RJ, Rei. Min. Laurita Vaz, Quinta Turma, j. em 21/08/2014), de modo que a manutenção do paciente em cárcere não significa pré-julgamento da causa, tampouco ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência.

Assim sendo, cabe reconhecer que, *prima facie*, remanesce o mesmo panorama que ensejou a decretação da custódia cautelar do paciente, revelando-se inviável a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, inadequadas ao caso em comento.

Indefiro, pois, a liminar almejada" (fls. 972-977).

**Na hipótese**, portanto, não verifico a ocorrência de **flagrante ilegalidade** capaz de ensejar o afastamento do óbice contido no enunciado sumular referido.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim o entendimento do Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. e I.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator